## Recensões

G. W. F. HEGEL — Vorlesungen über Rechtsphilosophie (1819-1831): Edition und Kommentar von Karl-Heinz Ilting, I, 603 p.; II, 816 p.; III, 841 p.; IV, 925 p., Frommann-Holzboog, Stuttgart/Bad Canstatt, 1973/1974.

Com a publicação do quarto volume todo o material previsto para esta monumental edição está, doravante, à disposição do estudioso. Convém, desde já, assinalar a importância decisiva dos textos aqui reunidos e da sua presentação e comentário por K. H. Ilting, para qualquer exegese futura do pensamento político de Hegel, embora se deva aguardar como não menos importantes a exposição de conjunto, as análises de pormenor e, igualmente, os índices, anunciados por Ilting para o quinto e sexto volume. Todos os textos (inéditos ou já publicados) até agora conhecidos, que

dizem respeito diretamente à filosofia hegeliana do Direito entre 1817 e 1831, foram acolhidos nesta edição, e se encontram nela distribuídos na seguinte ordem: 1.º vol.: O Espírito objetivo, segundo o texto da Enciclopédia de Heidelgerg (1817), juntamente com as notas de aula de Hegel; Direito Natural e Ciência do Estado, segundo os ditados de aula recolhidos por C. G. Homeyer (curso de Berlim de 1818-1819); Recensões contemporâneas da Filosofia do Direito 2.º vol.: A Filosofia do Direito de 1820 com as notas de aula de Hegel (1821-1825) - 3.° vol.: Filosofia do Direito, segundo os ditados de aula recolhidos por G. Hotho (curso de Berlim 1822-1823) — 4.° vol.: Filosofia do Direito, segundo os ditados de aula recolhidos por K. G. V. Griesheim (curso de Berlim de 1824-1825); O Espírito objetivo, segundo o texto das duas edições de Berlim da Enciclopédia (1827-1830); Filosofia do Direito segundo os ditados de aula recolhidos por D. F. Strauss (curso de Berlim

de 1831) com as notas manuscritas de Hegel. O intento fundamental de Ilting ao preparar esta edição foi oferecer uma base textual ampla e segura para toda futura discussão sobre o pensamento político de Hegel. Referindo-se a uma análise comparativa dos Prefácios dos cursos da Filosofia do Direito dos anos de 1822, 1824 e 1831 (que nos foram transmitidos pelos ditados de aula de alguns discípulos) e indicando possíveis sinopses dos lugares paralelos das diversas redações do texto da Filosofia do Direito, Ilting se julga autorizado a afirmar: "Isto significa, para qualquer trabalho futuro sobre a filosofia política de Hegel, que toda interpretação fundamentada da Filosofia do Direito deve repousar sobre a comparação de todo o material disponível e não deve, de modo algum, partir exclusivamente da Filosofia do Direito de 1820 (I, 120)". Como é sabido, o texto da Filosofia do Direito de 1820 (o frontispício da edição original traz a data de 1821, mas a publicação é de outubro de 1820), tem sido até hoje o campo fechado de intermináveis disputas entre os que nele descobrem a figura de um Hegel "conservador", defensor do status quo, apologista da monarquia absoluta e fautor da teoria da "divindade" do Estado que absorve as liberdades individuais, e os que realçam na concepção hegeliana do Direito a correspondência dialética que se estabelece (Fil. do Dir., § 29) entre os momentos do direito e a realização efetiva da liberdade, e na sua doutrina política a primeira e mais profunda visão do Estado moderno como obra da Razão e intento de efe-tivação concreta da liberdade. São os termos mesmos com os quais se exprime um comentador recente: "L'État moderne est liberté, il est ce qui a sens, tel est le contenu politique extrêmement simple de la philosophie hégélienne" (E. Fleischmann, La philosophie politique de Hegel, Paris, 1964, p. III, grifado no texto). Aparentemente, o texto publicado por Hegel mostra-se incapaz de oferecer um argumento decisivo a qualquer das partes em contenda, e a polêmica vem se prolongando há 150 anos. É verdade que na edição das Obras

Completas, comecada em 1832 por um grupo de amigos, o editor da Filosofia do Direito (Werke, vol. VIII, 1833) Eduard Gans (filiado à ala liberal dos discípulos de Hegel) completou o texto de 1820 como "adendos" (Zusatze) redigidos a partir dos ditados de aula de H. G. Hotho (curso de 1822-1823) e de K. G. V. Griesheim (curso de 1824-1825). Os "adendos" de E. Gans foram severamente criticados por dois editores recentes da Filosofia do Direito, G. Lasson e J. Hoff-meister. Outros editores, no entanto, tomam a defesa de Gans, como Eva Moldenhauer e K. M. Michel na edição Suhrkamp das Obras completas (ver Werke, Frankfurt a. M., 1970, vol. 7, pp. 527-529). Ilting igualmente (I, 120-125) não aceita as objeções de Hoffmeister contra Gans. Por outro lado, numerosas notas manuscritas deixadas por Hegel, em vista das explicações em aula, à margem do seu exemplar pessoal da Filosofia do Direito, foram editadas por G. Lasson e reproduzidas em edições recentes como a de Hoffmeister e Molde-nhauer-Michel. No entanto, embora enriquecido com essas notas e com os "adendos" de Gans, o texto da Filosofia do Direito continua suscitan-do interpretações discordantes. Tratar-se-á apenas de infidelidades de "leitura" por parte dos críticos de Hegel? E. Fleischmann parece assim pensar: "Une discussion des idées de Hegel par ses lecteurs, sur le texte, est le plus bel hommage, la suprême justice qu'on puisse rendre à ce grand penseur. L'histoire les lui a refusés" (op. cit., p. V, grifado no texto; opinião análoga em B. Quelquejeu, La volonté dans la philosophie de Hegel, Paris, 1972, pp. 258-259). É verdade que, situados no prolongamento da evolução do pensamento político de Hegel desde os tempos da juventude (como faz B. Bourgeois no seu excelente La pensée politique de Hegel, 1969) os textos da Filosofia do Direito de 1820 e seus complementos são suficientes para mostrar, juntamente com a continuidade desse pensamento, a dimensão rigorosamente "sistemática" (no sentido hegeliano) em que ele se situa. Mas a interpretação "conservadora" de Hegel persiste e se agrava, no nosso tempo, com a acusa-

cão de "totalitarismo". Ela passará à categoria de lugar comum a partir da obra do historiador e crítico liberal Rudolf Haym, Hegel und seine Zeit (Berlim, 1857; reed. Hildesheim, 1962). Haym foi contestado, na época, pelo biógrafo de Hegel, Karl Rosenkranz (Apologie Hegels gegen Dr. Haym, Berlim, 1858), mas a sua leitura "absolutista" do pensamento político de Hegel tornou-se clássica durante todo o século XIX. Num livro que é uma vigorosa defesa de Hegel, E. Weil (Hegel, et l'État, Paris, 1950) confessa não ter encontrado, na segunda metade do século XIX, senão uma grande voz em favor de Hegel, a de Karl Marx em correspondência com Engels. Justamente Marx que, em 1843-1944 abrira o caminho para a sua própria concepção da história e da política através de um confronto crítico com a Filosofia do Direito de 1820, no comentário dos §§ 261-313 (Crítica da filosofia hegeliana do Estado), que permaneceu inédito até 1932, e no artigo dos "Anais franco-alemães" de 1844 (Critica da filosofia hegeliana do Direito). É curioso observar que as contestações hegelianas partem hoje dos campos opostos de dois dogmatismos, o dogmatismo marxista e o dogmatismo positivista-liberal. Assim, por exemplo, Mário Rossi, apoiando--se numa rigida leitura marxista do texto de Hegel, critica severamente a interpretação de E. Weil (Da Hegel a Marx, II, Il sistema hegeliano dello Stato, Milano, 1970, pp. 588-591). Por outro lado, é um positivismo avesso à dialética e um liberalismo paradoxalmente intolerante que inspiram Sidney Hook (From Hegel to Marx: studies in the intellectual develop-ment of Karl Marx, N. Y., 1936 e arti-gos posteriores; cf. Ilting, I, 98-100) e Karl Popper (The Open Society and its Ennemies, vol. II, c. 12, London, 1945) na sua tentativa de reavivar os ataques de Haym contra Hegel. E é surpreendente que Popper, um renomado teórico da ciência, tenha fechado os olhos a tantos erros materiais no seu capítulo sobre Hegel (cf. W. Kaufmann, From Shakespeare to Existentialism, Boston, 1959, c. 7-9). O grande mérito de Eric Weil no seu livro de 1950, foi o de ter libertado a exegese do pensamento político de

Hegel do espaço interpretativo traçado a partir das duas perspectivas opostas do liberalismo e do marxismo (op. cit., pp. 9-10) e o de ter situado magistralmente a crítica de Marx no nível exato das exigências sistemáticas do pensamento hegeliano. Em suma, Weil elevou a discussão em torno da Filosofia do Direito a um plano rigorosamente científico — ou filosófico, o que, no caso, é a mesma coisa — ou seja, ao plano em que Hegel deliberadamente se colocara. A interpretação de Weil foi acolhida e desenvolvida em notáveis trabalhos do professor de Münster, Joachim Ritter; Hegel e a Revolução francesa (1956), Pessoa e Propriedade (1961), Moralidade e Eticidade (1966), recolhidos agora no volume Metaphysik und Politik: Studien zu Aristoteles und Hegel, Frankfurt A. M., 1969 (pp. 181-309). A partir dos trabalhos de Weil e Ritter (e, igualmente, das obras ci-tadas de E. Fleischmann, B. Bourgeois, B. Quelquejeu e de outros), é possível definir um nível teórico no qual as concepções fundamentais de Hegel no domínio da filosofia política se mostram em todo o rigor das suas exigências sistemáticas. Weil, entretanto, procurou encontrar para a sua interpretação teórica uma base igualmente histórica, tentando descobrir uma correspondência entre a concepção hegeliana do Estado e a situação da Prússia entre os anos de 1818 e 1831 que mostra, segundo a sua opinião, traços nítidos de um Estado progressista e liberal, quando compa-rada à França da Restauração, à Austria de Metternich ou à Rússia tsarista. Ora, é justamente essa correspondência entre as concepções de Hegel e a situação de fato reinante na Prússia do seu tempo que as investigações de Ilting (ver sobretudo I, 95-98) levam a questionar radicalmente, lançando uma nova luz sobre a posição pessoal de Hegel em face do Estado prussiano durante os anos do seu magistério em Berlim. Segundo Ilting (I, 103-104) a interpretação do tradutor inglês da Filosofia do Direito, T. M. Knox, aproxima-se mais da situação real, ao reconhecer a importância das mudanças políticas na Prússia de 1819 e sua repercussão sobre o texto que Hegel se preparava para

publicar, embora acentuando que tal repercussão tem efeito sobre alguns pormenores, mas não altera as linhas essenciais do pensamento hegeliano. A importância do material agora editado por Ilting reside, exatamente, na possibilidade, oferecida pela primeira vez ao estudioso, de situar o texto da Filosofia do Direito de 1820 numa següência de elaborações sucessivas do mesmo tema. Esse alargamento da base textual permite, de uma parte, romper o isolamento de um único texto (o de 1820) que, difícil e mesmo enigmático em várias passagens, suportava sozinho todo o peso da interpretação do pensamento político de Hegel (não obstante os complementos trazidos pelos "adendos" de Gans e pelas notas manuscritas do próprio Hegel); e atesta, de outra parte, um nítido retraimento da posição pessoal de Hegel no sentido de uma adesão, pelo menos exterior, à política anti-liberal adotada pela Prússia de Frederico Guilherme III em consequência da conferência de Karlsbad (6 a 31 de agosto de 1819) e dos acordos entre o monarca prussiano e Metternich. De acordo com os resultados alcançados pelas investigações de Ilting, o pensamento político de Hegel deverá ser, de agora em diante, estudado na sequência de sete cursos ministrados pelo filósofo em Heidelberg e Berlim, no semestre de inverno, entre 1817 e 1831. Eis as siglas adotadas por Ilting para desig-ná-los: RPh I, Heidelberg, 1817/1818; RPh II, Berlim, 1818/1819; RPh III, Berlim, 1819/1820; RPh IV, Berlim, 1821/1822; RPh V, Berlim, 1822/1823; RPh VI, Berlim, 1824/1825; RPh VII, Berlim, 1831. Todos esses cursos chegaram até nós através de material escrito, e a edição desse material constitui justamente o propósito principal de Ilting. Trata-se de um material de natureza diversa, que vai desde o texto sobre a Filosofia do Espírito objetivo da Enciclopédia de Heidelberg até as poucas páginas dos ditados de aula redigidos por D. F. Strauss durante o curso do inverno 1831/1832, apenas começado por Hegel (que desde 1825 confiara o ensinamento da matéria ao seu discípulo liberal E. Gans e o retomara em virtude das reservas feitas pessoalmente pelo Príncipe herdeiro ao ensinamento de Gans, cf. IV, pp. 907-913), e interrompido pelo seu falecimento a 14 de novembro de 1831. O conteúdo de alguns desses cursos é conhecido apenas pelos ditados de aula de G. Homeyer (RPh II), de H. G. Hotho (RPh V), de K. G. V. Griesheim (RPh VII) e de Strauss (RPh VII). O valor desses textos como fonte para o estudo do pensamento hegeliano é demonstrado por Ilting de maneira, a nosso ver, convincente (I, pp. 120-125; III, pp. 51-86). Mas o que Ilting mostra nitidamente é a ruptura representada pela Filosofia do Direito de 1820 na sucessão dos cursos hegelianos sobre a matéria ou dos textos que lhes correspondem. De que natureza é essa ruptura e como explicá-la? Por um lado é preciso reconhecer o lugar privilegiado que cabe ao texto da Filosofia do Direito de 1820 entre quantos nos ficaram sobre o pensamento político de Hegel nos anos de Berlim, por ter sido o único publicado pelo próprio Hegel. Por outro lado, importa reconstituir as circunstâncias históricas excepcionais em que o texto foi editado, para compreender as suas particularidades. Na Introdução ao seu primeiro volume, Ilting reconstitui minuciosamente o clima político de repressão e de vigilância, sobretudo nos meios universitários, que se fez sentir em toda a Alemanha e, com mais rigor, na Prússia, em consequência das decisões de Karlsbad. É no verão de 1819 que tem início essa violenta reação do absolutismo contra os liberais e os então chamados "demagogos", ocasião em que vários discípulos de Hegel foram presos (I, 57-60). Por essa altura Hegel já tinha pronto para a impressão o texto primitivo da Filosofia do Direito (cujo manuscrito posteriormente se perdeu). Cedendo às pressões políticas que pesavam particularmente sobre a Universidade e acompanhando a atitude contemporizadora de seu amigo, o ministro dos Cultos Altenstein, Hegel refundiu o seu texto, escrevendo um novo Prefácio (que podia ser facilmente interpretado no sentido de uma apologia da racionalidade e, por conseguinte, do direito, do presente histórico ou, em concreto, do status quo prussiano), criticando a noção de Direito natural (a arma ideológica por excelência da tradição racionalista e liberal) e, sobretudo, retrocedendo nitidamente com relação às suas posições anteriores em favor da monarquia constitucional. Assim, o Hegel ligado aos meios liberais no tempo de Heidelberg e nos primeiros tempos de Berlim, distancia se dos seus antigos amigos. É a partir de novembro de 1819 que Ilting data (I, 60segs.) a conversão de Hegel a posições politicamente conservadoras e a refundição do texto da Filosofia do Direito na linha da sua nova posição política. Hegel conde-nara o ato do estudante K. G. Sand que, ao assassinar (23.3.1819) o publicista Kotzebue, então a serviço da política russa, dera o sinal para a reação austríaco-prussiana, e criticara seu colega de Wette (posteriormente demitido da Universidade de Berlim), que procurara justificar as intenções de Sand. Mas isto não lhe parecera suficiente para afastar as suspeitas dos círculos conservadores da Corte, e daí a nova redação dada ao texto da Filosofia do Direito que é enviado, em diferente homenagem, a Altenstein e ao chanceler Hardenberg. O novo texto suscita violentas críticas nos meios liberais e provoca reservas entre os próprios discípulos de Hegel, como von Thaden, e entre velhos amigos, como Niethammer. Uma das contribuições mais importantes oferecidas pela edição de Ilting é a publicação, no 1.º volume, das recensões contemporâneas da Filosofia do Direito que, com apenas uma exceção, rejeitam decididamente as novas posições de Hegel. Isto mostra que as discussões em torno do controvertido texto começam imediatamente após a sua publicação. Parece, pois, definitivamente estabelecido que, de 1819 até sua morte, Hegel refugia-se em posições politicamente conservadoras e procura mostrar, de diversas maneiras, sua fidelidade às diretivas do governo prussiano. (Ver, p.ex., III, 37-50). Tenta resguardar, assim, sua posição na Universidade de Berlim e sua tranquilidade pessoal (ver carta a Niethammer em I, 67-68). Uma tentativa de justificação dessa atitude de Hegel é empreendida, por exemplo, por J. d'Hondt em Hegel et son temps, Paris, 1968, que procura explicá-la pelas desventuras profissionais do filósofo (ibid., 13-22). Mas, qualquer que seja o juízo que se possa fazer sobre a decisão de Hegel (em contraste com as atitudes corajosas de um de Wette, de um W. v. Humboldt ou de um Schleiermacher), o problema fundamental no que diz respeito à interpretação do seu pensamento coloca-se em torno do alcance dessa sua "conversão" em favor do status quo. Teria ela atingido a essência do pensamento político hegeliano, devotado agora a justificar a consagração do estado de coisas existente, segundo a célebre identidade do Prefácio da Filosofia do Direito de 1820 que mais escandalizou os contemporâneos: "O que é racional é efetivamente real, o que é efetivamente real é racional"? O alcance político dessa sentença do contexto histórico em que a obra política de Hegel foi publicada, parece indiscutível a Ilting, não obstante Hegel tê-la explicado mais tarde em contexto especulativo (ver Enciclopédia, (1830) § 6, Anm.). Como quer que seja, se alguma conclusão é lícito tirar, seja do trabalho de edição de Ilting, seja das suas eruditas introduções aos textos editados, é que devemos distinguir entre um Hegel "exotérico" e um Hegel "eso-térico" (IV, 45-66), cuja imagem bifronte se fixa a partir de 1824, depois do Hegel liberal (até 1819) e do Hegel oficialmente conservador dos anos oue se seguem imediatamente ao alinhamento da Prússia à política reacionária de Metternich. Hegel, aliás, não é o primeiro grande filósofo que se vê obrigado a cobrir-se com uma máscara para proteger a sua obra. Ele poderia ter inscrito no frontispicio da Filosofia do Direito de 1820 o larvatus prodeo de Descartes. Com efeito, as pesquisas de Ilting parecem ainda assegurar a conclusão de que Hegel, na refundição da Filosofia do Direito de 1820 não teve em vista uma nova concepção "conservadora" da política, mas retocou apenas um texto já existente e procurou ocultar verdadeira concepção (1,82).Quanto à consagração do status quo pela afirmação da racionalidade do efetivamente real, sua dupla face aparece nitidamente nesses anos em que

a vaga reacionária submergia a Prússia e toda a Alemanha: "Foi a desrazão do efetivamente real que arrancou de Hegel sua palavra sobre a efetividade do racional (I, 82)". Desta sorte, podemos concluir que as linhas essenciais da filosofia política de Hegel prolongam-se através dos cursos sucessivos de Heidelberg e Berlim e dos textos que fazem chegar até nós a substância desse ensinamento. Os acontecimentos de 1819 obrigaram Hegel a esconder algumas dessas linhas sob um texto deliberadamente ambíguo sem, no entanto, rompê-las. O monumental trabalho de Ilting permite-nos, agora, colocar em plena luz as dimensões verdadeiras da única filosofia que é, pela sua profundi-dade e rigor, para o Estado moderno, o que foram, para a cidade antiga, as filosofias políticas de Platão e Aristóteles. É justo realçar, por fim, a admirável realização tipográfica da casa Frommann-Holzboog, que faz desses quatro volumes uma obra-prima da edição filosófica contemporânea.

H. C. de Lima Vaz

FLORESTAN FERNANDES — A Revolução Burguesa no Brasil — Ensaio de Interpretação Sociológica — Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975, 413 pp.

A própria celebridade do A. seria suficiente para chamar a atenção sobre esta obra alentada e, certamente, bem ao estilo de seu modo interpretativo. Trata-se de um tipo de produção científica que supõe uma extrema complexidade em seu roteiro teórico e metodológico, já que se insere no amadurecimento de toda uma carreira. O A. mesmo reconhece: a obra "reflete os conhecimentos acumulados ao longo de toda uma carreira" (p. 367). Metodologicamente compreende--se, assim, que se privilegie sobremaneira a verve interpretativa, deixando a acumulação de dados e fatos para um segundo plano, praticamente suposto. Neste sentido, o A. continua e, de alguma maneira, talvez, culmine, a tradição interpretativa de certa So-

Brasileira. O objetivo se ciologia constitui em amarrar através de uma concatenação interpretativa a complexidade deslumbrante de dados e fatos que compõem o emaranhado da histórica sócio-político-econômico brasileira, e nisto entram generalizações tão amplas, que só uma vida toda dedicada ao assunto consegue arriscar. Teoricamente, a posição do A. é conhecida e transparece com clareza na obra. Não faremos aqui uma apreciação do valor teórico do livro, porque isto suporia uma indagação mais profunda do que aquela que uma simples resenha permite, mas apenas exporemos alguns traços teóricos interessantes que se colhem ao longo do livro.

Começa-se na época da Independência e este início já coloca uma dose interpretativa desconcertante. Florestan Fernandes, que — fodos sabem — tem um estilo um pouco "florestal", tentando ser fiel à complexidade da realidade nascente, forja a convivência de um elemento revolucionário e de um elemento conservador: teríamos vivido uma revolução política dentro do conservadorismo econômico. "Na verdade, a implantação de um Estado Nacional independente não nasceu de, nem correspondeu a mudanças reais na organização das relações de produção" (p. 61). Esta colocação estranha muito, se pensarmos que a maioria dos teóricos próximos à orientação ideológica do A. não aceitaria qualificar de revolucionário um processo que não partisse da base eco-nômica e nela se solidificasse. Falta na obra, certamente, uma discussão detalhada do que se entende por revolução, pelo menos da possibilidade lançada de compartimentar o processo, ainda que veja aí um "paradoxo" (p. 72). Como cultivador inveterado da Sociologia política, entende-se que se esforce em mostrar uma certa "autonomização política", face à econômica (p. 83).

Para o paulatino amadurecimento do capitalismo, que nascera preso ao colonialismo anterior à Independência, contribuíram muito o "fazendeiro de café" e o "imigrante", que acabaram por levar à segunda etapa: o capitalismo competitivo, diferente do capi-

talismo original, porque o nosso seria já dependente. Insere uma análise interessante destes dois agentes, qualificando mais profundamente o teor desta ordem competitiva num capítulo que ainda é "fragmento" (pp. 147ss). Depois, apareceu a terceira etapa: o capitalismo monopólico.

Uma preocupação constante do A. está em caracterizar a qualidade dependente e subdesenvolvida de nosso capitalismo, polemizando muitas vezes com as orientações que falam em repetição de etapas e ou semelhancas com o desenvolvimento de sociedades avançadas (por exemplo, p. 222). Dentro deste contexto talvez seja pertinente acentuar uma especificação: o A., se de um lado acredita que a tendência concentracionista se agrava, de outro concede que o desenvolvimento econômico mudou a configuração do proletariado. Relativamente às classes altas decresce a participação dele, mas em termos absolutos a participação aumentou, sobretudo pela mudança em seu horizonte cultural e incremento do trabalho especializado. Não vê, porém, nisto uma possibilidade de consolida-ção maior do modelo, mas a possibilidade de uma consciência contestatória maior. Assim, se não houve um despertar das massas, houve um despertar das classes médias. Como não há condições suficientes de satisfazer à "revolução das expectativas", "o modelo autocrático burguês de transformação capitalista estará condenado a uma duração relativamente curta" (p. 366).

A obra inclui, ao final, uma bibliografia extensíssima sobre a problemática tratada.

Pedro Demo

## GEORGES - ANDRÉ FIECHTER

— O Regime Modernizador do Brasil 1964-1972. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro 1974.

O livro de Fiechter, escrito em 1972 e agora traduzido para o português, está marcado por uma opção básica — e no fundo ideológico, apesar do tom objetivo e desapaixonado que adota —: a escolha de uma tipologia puramente pragmática como modelo de análise. Diz o autor na introdução explicando o alcance do conceito de "regime modernizador": "O conceito de modernização será empregado, portanto, no sentido que lhe confere Rustow. Isto é, como o "indício de um desenvolvimento rápido do controle da natureza feito através de uma cooperação mais íntima entre os homens". Esta é uma noção moralmente neutra que deve transformar ao mesmo tempo o homem e a sociedade, mas antes de tudo o espírito do homem".

O fato de Fiechter ser suíço e, portanto, um pouco mais distante do subjetivismo candente de certos problemas nacionais, confere-lhe uma vantagem para essa visão puramente pragmática: o fato de ser um homem de negócios torna seu pragmatismo indulgente quando se trata de analisar um sistema que, como ele mesmo sublinha, se apóia numa aliança de militares tecnocratas e homens de negócios.

Isto suposto, Fiechter adota na análise e na exposição um método histórico-dialético. Segue passo a passo, desde 1964 até 1972, a evolução do sistema político montado pela revolução, e as medidas econômico-administrativas que vai adotando para modernizar as estruturas obsoletas. Usando a técnica do contraponto, sabe mostrar a unidade que rege esta dupla evolução política e sócio-econômica, sob as pressões internas do próprio regime (linha dura e nacionalistas vs. tendências liberalizadoras) e externas de seus inimigos.

Fiechter apresenta a crise que precedeu à revolução como a última etapa do período "populista", marcada pelo esgotamento das possibilidades deste tipo de política. Estruturalmente, chegava-se ao limite das contradições inerentes ao regime entre as promessas eleitorais de uma vida melhor, necessárias para aliciar as massas, e a impossibilidade de realizar essas promessas pelo desgoverno orçamentário do poder legislativo, que impe-

dia a execução de qualquer plano de desenvolvimento. As crises políticas, a inflação galopante e a estagnação no crescimento econômico pareciam nas vésperas da revolução como sinais conjunturais deste impasse.

Nestas circunstâncias, os militares tomaram o poder para proceder à modernização do país. Capacitava-lhes para tanto o fato de formarem um corpo coeso pela disciplina hierárquica, com melhor treinamento técnico e profissional que o resto da nação, dispondo de uma doutrina de desenvolvimento elaborada pela Escola Superior de Guerra. Poder-se-ia dizer que o corpo militar se aproximava bastante do ideal maxweberiano de burocracia.

Considerada assim a revolução como a instalação de um "regime modernizador", a periodização de Fiechter dos oito primeiros anos deste regime (1964-72) destaca as tensões políticas sob as quais é levado a cabo inflexivelmente o programa de modernização.

O primeiro período (1964-7), correspondente ao governo do Presidente Castello Branco, é qualificado pelo autor de "austero restabelecimento da ordem". Do ponto de vista político, este período fica caracterizado pelas tentativas do Presidente de equilibrar seu governo entre as exigências da "linha dura" (às quais deve apaziguar com concessões como a deposição de Mauro Borges e o envio de um corpo expedicionário à República Dominicana etc.) e o desejo de salvaguardar, dentro dos limites possíveis, o regime democrático representativo. Esta antinomia demonstra-se finalmente inviável, e Castello Branco vê-se forçado a proclamar o Ato Institucional n.º 2, que rompe o equilíbrio em favor do autoritarismo.

Do ponto de vista da "modernização", o governo Castello Branco se esforça em corrigir as distorções que impediam o desenvolvimento. Numa frenética atividade, coloca as bases de todo o desenvolvimento futuro: traça as diretrizes econômicas do governo (PAEG), promulga o estatuto da terra, abre o subsolo à exploração das

companhias internacionais, cria um orgão consultivo para a política econômica (CONSPLAN), reformula a organização dos partidos políticos, passa a exigir a cobrança efetiva dos impostos, resolve os impasses da legislação trabalhista mediante o fundo de garantia, promulga a lei de imprensa, procede à reforma da administração federal (decreto 200) e, finalmente, faz aprovar e promulgar a nova constituição.

Todas estas reformas são encaradas pelo Presidente não como um fim em si mesmas mas como "condição necessária". A planificação centralizada constitui, pois, a essência do governo Castello Branco: "uma minoria de tecnocratas realizou, pela primeira vez, um conjunto de mudanças numa perspectiva ideológica rígida da realidade brasileira, com vistas à implantação de um modelo econômico coerente e rigoroso" (pág. 178).

O segundo período (1967-69), governo Costa e Silva, leva o título de "A consolidação do autoritarismo". Politicamente este período apresenta o mesmo caráter dramático do anterior de luta entre os desejos de "humanização" do Presidente (embora C. e Silva apareça mais ligado à corrente nacionalista que ao grupo castellista da Sorbonne) e as exigências de um controle duro sobre a oposição. A tensão acaba impondo fatalmente um novo triunfo da repressão, Ato Institucional n.º 5, e precipita a morte do Presidente.

Este segundo período acaba de firmar o predomínio dos tecnocratas incumbidos da realização do PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento), e ratifica, no momento em que se manifestam outras oposições (estudantes, operários, a Igreja católica etc.) a aliança dos empresários e homens de negócios com o regime.

A última parte do livro, intitulada "o balanço do autoritarismo moralizador", apresenta a escolha e primeiros tempos do governo do presidente Médici. Para o autor, este governo poderia enquadrar-se no tipo do "nacionalismo maleável", como se manifestou claramente na posição assumida no caso do café solúvel.

O saldo do "centralismo autoritário" é o que alguns chamaram de milagre brasileiro: as altas taxas de desenvolvimento econômico, sustentadas durante vários anos. Como problemas básicos ainda por resolver, o autor considerava (em 1972) à volta a normalização política e a cooperação de duas distorções: a inflação, no campo econômico, e a desigualdade da distribuição das rendas com uma tendência à concentração, no campo social.

Embora com certas restrições, uma frase citada de Max Link parece ressumir bem a opinião do livro com respeito ao passado e ao futuro da revolução: "Essas realizações não bastam para falar-se em "milagre brasileiro" (...) mas os resultados obtidos desde 1964 são convincentes e justificam o otimismo que, pela primeira vez na história cambiante desse país, manifesta-se de todos os lados".

Luís Palacin

ANTHONY GIDDENS — A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas, Trad. de Már cia Bandeira de Mello Leite Nunes, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975, 368 pp.

É talvez a discussão mais atualizada em torno do problema das classes, ou, pelo menos, vai muito além de outras contribuições recentes, como a de Dahrendorf, ou a de Aron. Partindo destes dois autores, poder-se-ia dizer que Aron é um crítico duro e inexorável das posições marxistas; Dahrendorf, apesar de crítico, recoloca o problema das classes e julga importante a colaboração marxista; Giddens, também é crítico, mas não esconde uma imensa simpatia por Marx. Na obra, seus interlocutores mais constantes são, além, dos dois já citados, ainda Ossowski, mas sobretudo Weber, que julga ter agregado elementos novos à definição original marxista de classe. Como se sabe, Weber liga o fenômeno das classes também à situação de mercado e não só ao contexto de um modo típico de produção. Esta idéia weberiana será tida como importante para o A., porque especificaria uma determinação do fenômeno, que se tornou básica para as sociedades avançadas: os proletários marcam sua situação de classe também pelas condições de mercado vigentes, quanto à venda da força de trabalho. Assim, na medida em que os trabalhadores conseguiram uma qualificação maior, isto aumentou consideravelmente a participação na oferta dos bens sociais, diminuindo em parte a dicotomia esperada entre classe alta e classe baixa. Nestes termos, para Giddens a formação abundante do fenômeno das classes médias seria uma característica suficientemente importante para qualificar as sociedades avançadas, embora se negue a aceitar a perspectiva mais otimista de Dahrendorf, para o qual haveria uma falsificação da teoria marxista da dicotomia classista do capitalismo. Como nos dois autores, falta o posicionamento relativo ao terceiro mundo: leva-se em conta apenas a realidade das sociedades avancadas, e isto pode ser considerado como uma delimitação muito duvidosa, mesmo que até hoje seja usual entre os cientistas sociais do mundo avançado. O A. afasta-se com veemência das teorias que tentam sugerir uma superação do conflito de classes no capitalismo avançado, ainda que tenha assumido características próprias e nem todas sejam ainda explicáveis pelos esquemas marxistas originários. Assume, na definição de classe, um termo menos expressivo que o de consciência de classe, porque este suporia uma articulação política declarada, e isto não precisa ser um fenômeno comum; fica apenas com o termo - "conhecimento de classe". De qualquer forma, aceita como atributo básico da situação atual avançada, a separação entre conflito político e conflito econômico: as classes se interessam apenas pelo segundo e dificilmente pensam em superação do sistema político.

Pedro Demo

MAUD MANNONI — Le psychiatre son "fou" et la psychanalyse, Paris, Seuil, 1970. O psiquiatra, seu "louco" e a psicanálise, Rio, Zahar, 1971.

As datas já indicam que este livro não é dos mais recentes. Escolhi-o entretanto pela atualidade de suas colocações.

A autora quer nos colocar diante do problema da loucura, introduzindo-o pela questão da segregação psiquiátrica. Assim como a criança é sintoma da mãe, o louco é sintoma da sociedade. Mannoni denuncia a colaboração entre o poder policial e o poder medical na psiquiatria. A classificação pelo diagnóstico fixa as fronteiras da identidade: impede de escutar o sujeito falante e o torna representante duma doença objetivada.

Na primeira parte intitulada "Loucura e instituição psiquiátrica", Mannoni apresenta o movimento da antipsiquiatria que se insurge contra o poder medical. Os anti (ingleses, americanos, italianos) foram influenciados pela psicanálise, mas não são psicanalistas. Como esses últimos, prestam atenção à verdade do discurso do psicótico. Ora, o saber transmitido na sua forma tradicional não deixa lugar à emergência duma verdade.

Não é necessário opor "loucura" à normalidade. O que se descobre na loucura pertence de certo modo ao inconsciente de cada um e os loucos simplesmente fracassaram numa luta que é a mesma para todos e que temos sempre que travar.

Se a psiquiatria, afirma David Cooper, deve ter alguma eficácia, será pagando o preço duma transformação que lhe valerá, pelo menos por um tempo, de merecer o nome de antipsiquiatria. Para se defender contra seu inconsciente, a sociedade sempre previu um lugar para seus loucos, propondo a eles modelos de loucura, aos quais se identificam para satisfazê-la.

Criado nas palavras de adultos preocupados com seu caso, único assunto de conversa, o "doente" não tem outra saída senão se apagar totalmente como sujeito para tornar-se a doença, um objeto de que se fala, se goza e de que se dispõe. Isto não significa que o problema da loucura possa ser resolvido por uma reivindicação generosa de liberdade e de não constrangimento. Não se trata de negar a doença mental, mas de afirmar que sua evolução tem relação com o estilo de abordá-la.

Qualquer verdadeira reforma deveria passar por uma colocação em questão radical de nossa abordagem do alienado. Psiquiatras e psicanalistas são cúmplices de uma mentira de "cuidados". Terapeutas e psicólogos são fabricados sem perceber que nasceram dessa segregação.

Numa segunda parte sobre a "Instituição psiquiátrica e a psicanálise" a autora faz apelo às categorias lacanianas do Imaginário, do Simbólico e do Real, e à simbiotização do psicanalista argentino José Bleger.

A entrada da psicanálise no hospital psiquiátrico ofereceria ao povo uma chance de falar, o que faz bem, traz interrogações e angústia. Mas, numa prisão, é muito difícil libertar uma palavra. Pois a instituição se situa como refúgio contra a angústia. Para o psicótico, o problema se coloca no acesso ao desejo; ele fica no nível da demanda.

A terceira traz a comparação entre psicanálise e antipsiquiatria.

As clínicas psiquiátricas de psicoterapia institucional onde não existe segregação entre terapeutas e pacientes como La Borde-Cour Cheverny, na França, por exemplo, e a Philadelphia Association de Londres, representam algumas das melhores experiências. Mas elas aumentam a distância entre o paciente e a sociedade.

O movimento antipsiquiátrico reivindica uma contestação radical das estruturas econômicas e políticas que levaram a criar instituições alienantes. A psiquiatria se encontra dividida diante do dilema: cura ou loucura permitida.

Toda medicalização de um mal-estar de vida tem o risco de criar distúrbios psiquiátricos novos. O psicanalista renuncia a seu ponto de vista logo que entra no setor público. A revolução freudiana se vê recuperada por toda uma política de "cuidados" psiquiátricos, em bases essencialmente pedagogizantes.

Para a psiquiatria comunitária, a loucura é o anti-social. Para a psiquiatria institucional, a criação duma microsociedade tem valor terapêutico. Para a antipsiquiatria, a loucura representa um protesto contra a sociedade, protesto válido mas que falha.

É utópico, porém, pensar que com liberdade não haveria loucura. Países revolucionários tem guardado uma atitude conservadora e segregacionista em relação ao doente mental.

Numa sociedade como a francesa, deveria-se desaperfeiçoar para redescobrir formas arcaicas segundo as quais o doido tinha seu lugar na cidade.

Para Lacan, o centro da interrogação é o relacionamento do sujeito à linguagem. A linguagem preexiste ao sujeito, e, de certo modo, o gera. A falta de cuidados físicos tem menos efeito do que natureza e os acidentes do discurso no qual ele é imerso.

Nos Estados Unidos, o grupo Palo Alto marcou uma nova geração de psiquiatras, psicólogos e sociólogos, cansados de uma literatura analítica de inspiração biologizante e médica. Mas, acentuando o paradoxo no nível consciente, esse grupo periga desconhecer a importância da distância que separa o discurso consciente do discurso inconsciente. Lacan estuda, pelo contrário, a linguagem na relação do sujeito ao significante e também a alternância da presença e da ausência no mundo da criança. O objeto é um objeto ausente. O discurso é ligado a esta falta.

Trata-se menos do comportamento do psicótico do que de sua palavra. A Traumdeutung, notou Lacan, decifra o inconsciente como uma linguagem. Para fazer uma teoria do inconsciente, Freud antecipou sobre a lingüística de Saussure.

O inconsciente foi concebido como um reservatório de pulsões e instintos, somente na finalidade estéril de ser a ponte entre o biológico e o psicológico. De fato é o sujeito da palavra. O sintoma de uma criança esconde o vazio, no discurso familial, duma verdade não dita. A querer cuidar do sintoma, é a criança que se rejeita.

Laing e a Philadelphia Association criaram três lares de uma dezena de doentes entre 17 e 35 anos, sem cuidados médicos particulares. O que o paciente vai adquirir através co domínio de crises sucessivas, durante as quais acaba se efetuando uma conversão ou redenção, é um certo saber não somente sobre a loucura mas sobre o homem. Nesse jogo com a morte e a angústia, há evidentemente vítimas expiatórias. Mas quem tiver a graça de emergir do inferno da loucura o consegue de modo criativo. Esse resultado é dificilmente alcancado em hospital psiquiátrico.

A loucura não é um mal a afugentar. Assim como nas iniciações africanas, deve-se fazer aliança com os "espíritos", e levá-los, sem despertar angústia, à cilada do desejo.

É porque se procurou como objeto que o louco se perdeu como sujeito (Lacan).

A entrada na psicose, Lacan a percebe em redor do momento em que, do campo do outro, vem o chamado de um significante essencial que não pode ser recebido.

Maud Mannoni termina esta terceira parte com a questão da formação dos psicanalistas. Na sua fascinação pelos tramites institucionais, os psicanalistas perderam de vista a origem da experiência freudiana, em que Freud ocupou o lugar do doente junto a Fliess e a Charcot. É ao redor da formação didática que desde 1910 se cristalizam todas as tensões e os mais graves desacordos. As intrigas são a tela de fundo das discussões ideológicas. A análise se torna um pretexto: o doente deixa o lugar ao aluno que não tem a liberdade de se mostrar neurótico. Assim a psicanálise desaparece na formação dos candidatos, se é que já existiu no sistema educativo repressivo das Instituições psicanalíticas. Se a psicanálise desaparece, o corpo de elite dos didáticos perpetua seus privilégios.

A autora denuncia a psicanálise americana que substituiu ao princípio de realidade freudiano a adaptação como finalidade da análise e instalou como agente desta adaptação um "ego autônomo" esquecendo que o ego figura também na ordem imaginária, por exemplo, como objeto do narcisismo. Daí o surgimento de uma nova geração de candidatos de origem essencialmente médica e ianalisáveis. O "Wo es war soll ich werden" de Freud fica sacrificado. Não é mais o Eu de uma palavra que se procura promover, mas a colocação de um "ego autônomo" em boa saúde, e que se tenta assegurar. Deixe-se o registro neurótico do sujeito "doente" que entra em análise por uma queixa para o registro "adaptado" do futuro professor de psicanálise.

Para nós, a direção da cura gira não em redor do eixo de um "ego autônomo" (isto é, na única dimensão da ilusão imaginária), mas em redor de um estatuto de um sujeito dividido, sujeito da enunciação e do enunciado. O "Eu quero" que emerge como efeito do significante é oposto ao "ego quer" que se aproxima do "ele quer" duma identificação imaginária.

O fim da análise não consiste nesta alienação de trocar o seu ego com o ego do psicanalista. Mas é uma espécie de desolação parecida com a solidão diante da morte, diante de um destino no qual o sujeito se aceita como lugar de um faltar.

A "ego psychology" vê na psicanálise uma situação dual. Para nós, o terceiro presente-ausente está lá desde o início do processo. Reproduz o triângulo edipiano.

O que se organiza no decurso duma análise é a "colocação no lugar" dos diferentes atores do drama, e também dos elementos de um discurso que escapava ao sujeito.

Responder ao discurso sintomático por uma promessa de cura só pode trazer um outro discurso sintomático. Quanto aos candidatos recusados, trata-se muitas vezes de sujeitos dotados, sinceros que levavam suas neuroses sem o psicanalista ter entendido nada.

A psicanálise só sobreviverá enquanto não integrada ao aparelho administrativo do Estado. É vivendo a margem do reconhecimento, num lugar onde será maldita como a peste, que a psicanálise recobrirá sua pujança do começo e sairá da menopausa atual.

Deve-se escolher entre a educação do "ego" e a ciência pelo estudo de sua relação à linguagem.

A interrogação atual visa o modo com que a psicanálise foi recuperada pela ideologia dominante, preocupada em manter um discurso acadêmico guardião da ordem estabelecida.

Na conclusão do livro, fala-se do paradoxo de nossa época: no momento em que perde a originalidade radical a qual deve sua eficácia é, que a psicanálise se encontra a serviço de todos. Torna-se pedagogia normativa.

Sabemos que a única formação válida para um psicanalista segundo Freud repousa sobre sua própria capacidade de identificação com o doente. Ora os estudos médicos são concebidos para proteger o estudante contra este tipo de identificação.

O movimento de antipsiquiatria como o movimento de maio de 1968 queriam instaurar um relacionamento não segregativo entre médico e doente, lutar contra privilégios.

Devemos deixar à loucura a liberdade de falar ou devemos criar umasociedade menos alienante?

O doente, e isto é mais óbvio no caso de uma criança, se torna objeto de um monopólio de "cuidados" que, nos fatos, exclue a psicanálise porque esta última é tolerada só a serviço de um sistema.

No apêndice do estudo, a carta de uma enfermeira denuncia a aberração das estruturas hospitalares. Em seguida, a autora apresenta um breve relatório sobre a escola experimental de Bonneuil-sur-Marne. Alí 15 crianças em dificuldade agem com os adultos como os guardiões das regras elaboradas para que a vida em comum seja possível. Cerâmica, pintura, teatro, marionete, expressão corporal, mímica, conto de fadas, canções populares, música vem iniciá-los à criatividade que a mera escolarização mata. A tinica coisa proibida é impedir o outro de viver. É a organização profissional que deve funcionar como instrumento terapêutico.

O livro termina com algumas questões levantadas no congresso de Milão de dezembro 69. A psicanálise não pode ser recuperada pelo político seja ele o mais progressista; senão é a psicanálise do ego forte. Numa sociedade revolucionária, meu combate, diz Mannoni, seria o mesmo: contra a manipulação do indivíduo.

Este resumo bastante arbitrário nos dá uma idéia das posições de Mannoni. O problema a respeito da psiguiatria permanece duma realidade gritante. Acabamos de conseguir a retirada do hospital duma senhora empanturrada de remédios e que evidentemente não conseguiu abrir a boca para falar, mas só para engolir medicamentos. Por outras visitas ao hospital, foi iniciada a usar a única linguagem que o médico entende, a da doença. As raras experiências de não segregação e de escuta da palavra do paciente em lares de acolhimento tem ainda pouco impacto sobre a realidade psiquiátrica para se esperar a curto prazo uma transformação da atitude no médico e da sociedade em relação à loucura. Mas esses lares aumentariam a distância entre doente e sociedade. O que exigiria uma transformação radical da sociedade. Certo. Mas, como nos países socialistas, a abordagem da doença mental é tão conservadora quanto em nossos países, temos que precisar de que tipo de transformação se trata. O que a autora não diz. Creio inevitável que num primeiro momento esses lares de acolhimento vêm aumentar a distância entre o "louco" e a sociedade. Mas como pensar em transformação da sociedade neste sentido sem a multiplicação dessas pequenas experiências de não segregação e de escuta do doente?!

Quanto à formação do analista, Mannoni denuncia com razão a psicologia do ego: leva a análise à uma competição aluno-professor, a simples motivação de imitar o mestre. Aprende--se uma matéria a mais. O livro substitue o divā. O candidato luta para não se colocar como doente, para perpetuar a segregação que o separa do paciente comum. Mascarando neurose, joga o papel da normalidade e por isso não consegue ser analisado. Assim representará, com mais um diploma enganador, no teatro da super-normalidade de psiquiatra, a peça da defesa de seus confirmados privilégios. Para se ser um bom analista, tem que se começar sendo bom neurótico. O recrutamento tipo serviço militar que certas sociedades analíticas fazem no único meio medico nos lembra a lamentável situação da análise no Brasil. Reivindicar a ortodoxia freudiana para cobrir esta mentalidade de segregação parece um sonho. Mas a análise ensina que os defensores mais enérgicos das ortodoxias costumam defender outra coisa atrás do palco das idéias. E a vida por sua vez nos ensina que um discurso, o da ortodoxía no caso, vem compensar por uma realidade que é outra.

Enfim, que a psicanálise redescubra sua veemência original corresponde a um voto válido. A autora liga a perda desta radicalidade ao fato da psicanálise ser mais a serviço de todos. Já que é, particularmente na América Latina, reservada aos privilegiados, certo tipo de volta à marginalização pode torná-la mais objeto de luxo. Como, pelo contrário, poderá chegar a escutar aqueles que não tem voz nem vez? Eis a pergunta.

Jacques Laberge

JORGE NAGLE — Educação e Sociedade na Primeira República, São Paulo, Editora Pedagógica Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1974, 400 pp.

Durante os anos 60 intensificou-se a multiplicação das Faculdades de Educação por todo o interior do país, na esteira da expansão do ensino superior do país. Essas faculdades tinham a "História da Educação no Brasil" como disciplina constante em todos os currículos. Seus professores, entretanto, tinham dificuldades imensas na indicação de bibliografia. Basta dizer que não dispunham de nenhum livrotexto que pudesse ser recomendado aos alunos, com um mínimo de convicção. Os professores eram obrigados a redigirem apostilas, verdaderas "colagens" das partes consideradas menos ruins dos pessimos livros disponíveis.

Pois bem, essa penúria bibliográfica persiste ainda hoje, mas o panorama já se transforma pela ação de pesquisadores sérios que começam a produzir estudos de História da Educação no Brasil abrangendo períodos limitados e/ou certos aspectos, setores e tipos de ensino. Esses estudos têm um efeito positivo de curto prazo que é o fornecimento de bases sólidas para a elaboração daquelas apostilas. A médio prazo, serão produzidas, supomos, coletâneas de textos deles extraídos e, a um prazo mais longo, livros-texto, neles baseados, já agora de alta qualidade e cumprindo os requisitos da produção científica.

Um desses estudos básicos é o excelente Educação e Sociedade na Primeira República. Trata-se da tardia publicação, em livro, da tese de livre-docência, escrita em 1966, pelo conhecido professor Jorge Nagle da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, SP.

O autor se propõe a difícil tarefa de descobrir o lugar da educação, e dos modos de pensá-la, num dos períodos mais conturbados da história do país, o que vai da proclamação da República até a Revolução de 30. O livro consta de duas partes. Na primeira, Nagle faz uma análise da sociedade brasileira no período em estudo, abrangendo os setores político, econômico e social, destacando o papel desempenhado pelas correntes de pensamento de ação política como o socialismo, o integralismo, o tenentismo, o anarquismo e outras. Na segunda parte, o autor apresenta um panorama da educação

escolar no período, destacando as reformas empreendidas pelos governos federal e estaduais. Nesta parte são apresentadas as modalidades de pensar a educação (e de valorizá-la e reformá-la) como manifestação das correntes de pensamento e de ação política estudadas previamente.

O ponto nodal do estudo reside na elaboração da tipologia das modalidades de pensar a educação no período estudado. São duas as modalidades principais, representadas pelos "entusiastas da educação" e pelos "Técnicos em educação".

Os "entusiastas da educação" concebiam a escolarização como o motor da história. Todos os problemas, individuais e sociais eram tidos como tendo um remédio universal: a educação. Nas palavras de um "entusiasta", proferidas em 1924: "Resolvido o problema da educação do povo, todos os mais se resolverão automática e espontaneamente, pela ação natural das inteligências" (p. 110). Quando os "entusiastas" procuravam as causas do atraso do país em relação ao progresso dos países do ocidente europeu, apontavam os elevados níveis educacionais destes últimos como os responsáveis pela sua situação invejável; correlativamente, a igno-rância do povo, no Brasil, dramatizada pelas taxas elevadíssimas de analfabetismo, eram vistas como as determinantes da situação repulsiva do país.

Os "técnicos em educação" constituem uma categoria ocupacional surgida nos fins da década de 20, resultado da restrição dos debates sobre educação, confinados então às fronteiras puramente escolares. Os "técnicos" pensam o processo educacional de modo isolado das outras dimensões da sociedade, exatamente o contrário do que faziam os "entusiastas", seus antecessores.

Consideramos que o livro tem um dos seus pontos altos na reconstrução que Nagle faz do papel da educação na estratégia política da Liga Nacionalista de São Paulo, para quem, "o que interessa é a dissimilação da escola primária, nível essencial do sistema escolar, que proporciona a aquisição dos direitos políticos" (p. 102). Os partidários da Liga, como outros grupos que compartilhavam do mesmo "entusiasmo pela educação", conheciam a ampliação das oportunidades de escolarização para as grandes massas da população como uma medida política que, indiretamente, provocaria mudanças no poder e, em decorrência disso, da estrutura da sociedade". O fenômeno da oligarquização da sociedade brasileira, por exemplo, era conhecido dos "educadores", bem como as dificuldades da situação econômico-financeira e os empecilhos para o desenvolvimento de uma sociedade aberta. No entanto, eram problemas derivados da incultura reinante no País. As oligarquias deveriam ser combatidas pelo esclarecimento que a esco-"o sistema larização proporciona: oligárquico se fundamenta(ria) na ignorância popular, de maneira que só a instrução pode superar este estado e, por consequência, destruir aquele tipo de formação social" (p. 109).

Entretanto, o autor mostra que a medida em que a luta política deslocouse para a arena propriamente política e (militar), os "entusiastas da educação" canalizam seu entusiasmo (e sua ideologia) para esses campos, deixando a área educacional disponível para os "técnicos", tendentes a esterilizarem o pensamento educacional do seu conteúdo político.

A natureza dessas modalidades de pensar a educação e das políticas que os fundamenta fica revelada, pelo autor, quando mostra que "(...) também no campo da escolarização o Estado se apresenta como instituição asseguradora da estrutura de classes existente. Conserva-se, ainda na época dos vinte, como centro de decisões para determinadas categorias do ensino e, tanto nestas quanto nos demais, mantém-se aquele que impede, mais do que dinamiza, a escolarização. Sob todos os aspectos, no período a organização estatal expressa, apenas, as exigências de parte reduzida da Nacão" (p. 293).

Pelas descobertas do autor e pela orientação metodológica utilizada,

consideramos o livro de Jorge Nagle recomendável para todos aqueles que procuram entender o processo educacional no Brasil a partir do que ele objetivamente é, das funções que desempenha, e não, como é comum, a partir das nossas esperanças nos projetos ideológicos.

Mas, além do seu valor próprio, vemos que devem ser adicionados à obra de Jorge Nagle créditos pelo seu valor reprodutivo. É o caso da utilização da sua tipologia das modalidades de pensar a educação, nos anos 20, por Vanilda Pereira Paiva, em outro livro base, Educação Popular e Educação de Adultos no Brasil.

Luiz Antônio Cunha

## GUILLERMO A. O'DONNELL — Modernización y Autoritarismo, Editorial Paidos, Buenos Aires, 1972, 229 p.

A importância desta obra está em ter mais ou menos inaugurado um tipo de crítica que hoje conseguiu se solidificar mais: a correlação suposta sobretudo pelos estudiosos americanos de política entre maior desenvolvimento econômico e maior probabilidade de vigência de um regime democrático, seria o resultado de uma observação empirista sem densidade de interpretação teórica. A figura mais visada nesta crítica é, sem dúvida, Lipset, com suas céle-bres tabelas sobre correlação entre renda per capita e teor democrático dos regimes. O A. não coloca, como resposta, uma visão de extremo oposto, como se uma coisa não tivesse nada a ver com a outra. Certamente continua de pé que a estrutura política tenha alguma relação com a infra-estrutura econômica. Vale também a crítica para os autores que tendiam a colocar o teor autoritário dos regimes como sendo um indicador de subdesenvolvimento.

A tipologia montada por O'Donnell privilegia o indicador de modernização, a partir dos grandes centros, ainda que em dado país possam existir extensas áreas periféricas, como é o caso típico do Brasil: apresenta o maior parque industrial e, ao mesmo tempo, uma das regiões mais marginalizadas (o Nordeste). Desenvolve três grupos de países. No primeiro grupo aparecem a Argentina e o Brasil, que teriam como regime típico, o regime burocrático-autoritário. Como a obra foi escrita antes de 1972, é fácil entender por que a Argentina está aí incluída. No segundo grupo, aparecem Chile, Colômbia, Uruguai e Venezuela, com regime típico de democracia política, tendo como caso anômalo o do Peru, com populismo autoritário. No terceiro grupo surgem as nações restantes: Equador, Bolívia e Paraguai, em que não haveria uma tipicidade estrita, mas uma certa predominância do autoritarismo.

Vê-se, por aí, que a mensagem velada da obra seria a emergência da correlação entre maior modernização e maior possibilidade de regime autoritário, traduzindo isto o surgimento de um modelo político novo: o modelo político autoritário como condição de modernização, erguido sobre o fracasso do populismo democrático. Embora a análise de O'Donnell deva ser compreendida com sobriedade, mesmo porque a Argentina se constitui hoje num caso "a-típico", pode-se dizer que teria acertado na interpretação do fenômeno político sul-americano, no que tange o surgimento crescente da intervenção militar e de impacto modernizador. Mais do que nunca o modelo brasileiro faz escola, e talvez não seja errôneo afirmar que uma das suas maiores atrações estaria em seu compromisso com a modernização.

Pedro Demo

NELSON WERNECK SODRÉ — Brasil: Radiografia de um Modelo — Vozes, Petrópolis, 1975, 184 pp.

Nelson Werneck Sodré não podia ficar fora do debate o "Modelo Brasileiro". Analisa com grande vigor o atual modelo capitalista, estatalmente impelido e dependentemente guiado, de crescimento e modernização sem desenvolvimento no Brasil. Não fica na pura análise qualitativa, fornece muitos dados que sirvam ao menos de exemplo, quando não de fundamento, de suas afirmações.

A grande utilidade do livro é desfazer certos equívocos do bom senso nacional a respeito do Brasil, Assim a idéia que país subdesenvolvido é simplesmente país atrasado no tempo; Sodré mostra como e em que o Brasil não se parece com o que era Inglaterra pré-industrial. Outro equívoco que o sistema que está aí já não é bem capitalismo, dada a enorme presença do Estado; o autor examina, como o papel do Estado no monopolista moderno, capitalismo central ou periférico, é precisamente criar as condições para maximizar acumulação de capital, que é a alma e a forma substancial do capitalismo.

O que Sodré faz não é "Análise Econômica" no sentido antissepticamente acadêmico; é Economia Política do tipo da que os grandes sáurios da espécie economística do século XIX a fizeram. Com o que, desfaz mais um equívoco, o de se pensar que o fato econômico jamais teve (ou sequer poderia ter hoje) autonomia real e efetiva com relação ao poder político e vice-versa.

O esforço de mostrar a unidade inteligível do conjunto às vezes pode esbarrar em pequenas e mesquinhas objeções de leitores impertinentes e desatentos como este recensor. Por exemplo, se (por um lado), como o autor parece sugerir, a atual realidade brasileira se explica, ainda mais unitariamente pelos critérios acumulação do que todo o Brasil de passado (desde que se entenda naturalmente que este país concreto, onde a acumulação se deve dar, ainda carrega os cromossomas coloniais e escravagistas dos modelos antepassados); como então, por outro lado, se entender que o regime autoritário escudado no A.I.5 não é necessário para este modelo de crescimento? Se a acumulação podia ir muito bem sem o A.I.5, então este se justifica por razões não-econômicas? Ou é postulado como efeito, epifenômeno já que não é condição, desta modalidade específica e histórica de acumulação?

Sem propriamente querer acusar o autor de sectário: há momentos em que o tom de indignação moral revela (o óbvio e já previsível para quem conhece o assunto e o autor) que o autor condena o sistema que está analisando. O que aliás, ainda é muito mais neutralidade científica do que a literatura certinha e bem comportada que às vezes a intelligentzia subdesenvolvida e dependente secreta.

Antonio Abreu

ZOLTAN ALSZEGHY — MAURIZIO FLICK — Como si fà la Teologia. Introduzione allo studio della Teologia Dogmatica, Ed. Paoline, Alba 1974, 22 cm x 15 cm, pp. 215, Lit 2.500.

O subtítulo da obra indica a sua finalidade: é uma introdução ao estudo da Teologia Dogmática. Como esta finalidade foi atingida de modo excelente, o seu valor vai além de uma simples introdução para iniciantes da teologia dogmática. Serve como uma verdadeira introdução ao estudo da teologia, não no sentido das clássicas introduções, mas como uma orientação metodológica de como se faz teologia. É de grande ajuda também para professores, pois questiona-lhes a sua maneira de fazer teologia e pode dar-lhes pistas interessantes.

A tese central dos autores pode ser resumida nas palavras com que terminam a obra: faz-se teologia enquanto se vive uma existência autenticamente cristã, também sob o perfil intelectual, interpretando criticamente a realidade eclesial, segundo as exigências da Palavra de Deus, no contexto epistemológico do próprio ambiente cultural.

Os autores, conhecidos professores de Teologia da Universidade Gregoriana de Roma, têm-se interessado de longa data pelos aspectos metodológicos da Teologia. Além da tarefa que exercem como professores ordinários e diretores de teses, têm procurado em suas obras chamar a atenção sobre os aspectos metodológicos, usando já as contribuições da filosofia analítica da linguagem. Por isso esta obra apresenta um interesse todo especial. Numa linguagem acessível a um iniciante de Teologia, veiculam dados, fruto de longa experiência científica.

Partem procurando estabelecer o conceito de Teologia. Excluem as vias da etimologia e da pesquisa histórica do termo, como ineptos para nos fornecer o sentido e o princípio de identificação da teologia. Partem do princípio lingüístico de que uma palavra significa o que querem dizer aqueles que a pronunciam, nem mais, nem menos. Daí que procuram perguntarse pelo uso lingüístico atual da palavra teologia, a fim de saber-lhe o sentido.

O uso lingüístico nos fornece três características fundamentais do termo teologia: indica uma atividade de fé. define uma ciência da fé e conota uma atividade eclesial. A teologia como atividade da fé procura uma racionalidade para a fé que se assumiu com a totalidade do ser. Fora da fé nao se faz teologia. E se a fé não tivesse também seu caráter objetivo, nacional, intelectual, não haveria teologia. Seria pura mística. A teologia é atividade de uma fé, entrega e ra-zão. Este processo se faz de acordo com determinadas fontes, com um método de exta comunicabilidade e com critérios de verificabilidade. Por isso, e neste sentido, a teologia é uma ciência da fé. Teologia não é qual-quer reflexão sobre a fé, qualquer obra piedosa, mas supõe certas regras metodológicas, o que lhe dá o caráter de ciência. Os autores de lado ulteriores discussões sobre o problema da Teologia como ciência, dentro do conceito moderno de ciência. Consideram-na ciência, no sentido de ela obedecer a certas normas metodológicas.

Chamam atenção sobre a importância de a Teologia ter uma função eclesial. Tem índole comunitária, porque o teólogo é membro de uma comunidade, reflete em vista desta comunidade. Se sua fé é eclesial, sua Teologia só pode sê-lo assim também.

Toda ciência tem uma pergunta inicial, fundamental, que a orienta e a que procura buscar uma resposta. Qual seria esta pergunta para a Teologia? Para os autores seria perguntar-se: que significa a vida da Igreja? O sujeito da pergunta seria a vida comunitária da Igreja, seja como cultura, seja como evento lingüístico. O teólogo deve partir dos comportamentos internos e externos que existem na vida comunitária da Igreja (cultura) e da linguagem em que esta vida se exprime (evento lingüístico) para numa resposta mais aprofundada chegar a ver o que significa tal vida comunitária (predicado).

A Teologia busca uma interpretação da vida comunitária da Igreja. Para isto, descreve um duplo movimento: recurso ao passado, à Sagrada Escritura, aos testemunhos dos SS.PP. e Doutores, aos documentos dos Concílios e Magistério ordinário, a fim de entender a fonte normativa de tal comunidade, e entregar-se a uma abertura para novas situações, que a vida atual pede. Este duplo esforço da teo-logia de fidelidade à Tradição da fé e aos apelos do momento atual constitui o verdadeiro desafio para o teólogo. Seu esforço de hermenêutica consiste em não prender-se a um passado através de pura filologia de textos mortos, nem criar uma teologia do presente, sem vinculação com a tradição.

Os autores indicam os vários riscos de tais tarefas, sobretudo de uma interpretação profana das realidades religiosas, de modo que o elemento transcendente da fé, da Teologia, como ciência da fé, desaparece.

Um longo capítulo é dedicado a importância de uma Síntese, dos problemas de fazê-la hoje e da posição do magistério na sua elaboração. O papel do magistério da Igreja é colocado em termos equilibrados, de um lado, evitando um dogmatismo debilitante para a Teologia sem ligação com o magistério.

O clássico problema entre teoria e práxis aparece sob os termos: teologia e vida, procurando mostrar a importância e o papel da Teologia para a vida eclesial.

O último capítulo é eminentemente didático. Depois que se descreveu o método imanente à Teologia, os autores oferecem uma série de sugestões para o estudo concreto da Teologia, levando em consideração a situação atual, com maior atenção para as condições da Itália, onde lecionam.

Mostram a importância e a insubstituibilidade da aula magistral, indicando entretanto as condições para que ela surta seu efeito positivo.

Sobre o estudo em grupo, descrevem algumas dinâmicas que possam ajudá-lo. São aliás bem conhecidas no mundo da didática. As observações sobre o estudo particular e leitura são úteis e práticas. Terminam falando da atualização permanente, com cursos aptos para isto e com a pesquisa viável mesmo no tempo do curso ordinário de Téologia.

Pode-se dizer que é uma introdução à Teologia de outra natureza. Enquanto sei, não existe na bibliografia teológica obra deste gênero. Merece ser lida pelos alunos que iniciam a teologia, como algo realmente muito útil. Mas também outros, sejam mais dedicados ao estudo da Teologia, sejam curiosos, poderão ter através do livro uma boa idéia da maneira de proceder na Teologia.

O caráter didático do livro faz com que o autor desça a considerações assás conhecidas na Teologia, que poderiam parecer a um leitor mais assíduo, como supérfluas, mesmo para um iniciante. O aspecto didático obriga os autores a simplificar certos problemas mais complexos, como p.ex., a Teologia como ciência e toda uma longa e difícil bibliografia a respeito deste tema.

Finalmente, teriam ajudado o leitor, ter colocado no fim do livro de modo sistemático, as indicações bibliográficas semeadas através do livro. Pois essas indicações são interessantes, mas a falta de uma sistematização dificulta seu uso.

Obras como esta é um instrumental de fácil leitura que ajuda muito o estudo da Teologia e que reúne elementos de uma longa experiência didática e não simples fruto de pesquisas livrescas.

J. B. Libânio

ULRICH HORST — Cuestiones candentes de eclesiologia, Herder (Col. Controversia 18), Barcelona 1974, 310 pp.

O título da tradução não corresponde exatamente ao original (Umstrittene Fragen der Ekklesiologie) nem ao conteúdo do livro, pois não se pode dizer que todas as questões nele abordadas sejam "candentes". Mais exato seria o título "Questões discutidas de eclesiologia" ou "Questões eclesiológicas em debate". O objetivo da obra é indicado pelo mesmo autor no prólogo: "estudar alguns temas eclesiológicos que no passado ou no presente foram ou são objeto de especial polêmica". (O tom polêmico está, no entanto, completamente ausente da obra).

Praticamente todos os grandes temas da eclesiologia atual são tratados (de maneira mais ou menos ampla e aprofundada segundo os casos) nos 12 capítulos de que consta o livro: 1. Jesus e a Igreja; 2. O destino da mensagem de Jesus; 3. Notas fundamentais da eclesiologia neotestamentária; O ministério da Igreja no Novo Testamento;
O ministério de Pedro; 6. As diferenças do Canon do Testamento como problema teológico; 7. Sentido e função do dogma na Igreja; 8. Papa e infalibilidade; 9. O papa e o colégio dos bispos; 10. Somente a Igreja pode salvar? 11. A palavra de Deus e a Igreja. Doutrina do Concílio Vaticano II sobre a Revelação; 12. Igreja católica e cristãos não católicos.

Como era de se esperar a partir do título mesmo, não existe uma construção sistemática que pervada a obra toda dando-lhe uma unidade interna global. Cada capítulo tem, porém, uma unidade própria, até o ponto de cada um deles poder ser lido independentemente dos outros ou numa ordem diferente, embora a ordem em

que são apresentados obedeça a um certo critério de sistematização.

A maioria dos capítulos está estruturada segundo o esquema seguinte: em primeiro lugar é apresentado o problema que vai ser estudado, situando-o, quando conveniente, contexto histórico e teológico de seu aparecimento e evolução; num segundo tempo, ou simultaneamente num nível mais profundo, são expostas as dificuldades mais importantes da questão estudada; finalmente, são buscadas as respostas (ou pistas de resposta) ao problema em questão. Este esquema dá à apresentação de cada um dos temas abordados um dinamismo interno que vai avançando progressiva e convergentemente desde a colocação do problema no início do capítulo até a conclusão final, que, de forma mais ou menos completa, encerra o círculo hermenêutico. Este esquema não é aplicado, no entanto, de modo rígido: as questões dos capítulos 3 e 4 são apresentadas de mamais positivo-descritiva; exposição do capítulo 7 é, pelo contrário, fortemente especulativa. Um exemplo de combinação das perspectivas histórica e sistemática encontra-se no capítulo 10: na primeira parte faz-se uma indução histórica do problema contido no axioma "Extra Ecclesiam nulla salus" e na segunda tenta-se uma redução crítica do mesmo problema.

Talvez a nota mais marcante do livro seja a clareza. Geralmente o autor consegue apresentar o cerne da questão de modo conciso, claro e vigoroso, respeitando os dados do problema e sem arredar diante dos pontos mais difíceis ou mais delicados. Inclusive ao abordar questões tão complexas como a do Canon no Novo Testamento e a unidade da Igreja, o autor vai expondo de modo claro, e mesmo interessante, onde está o núcleo do problema, quais as posições mais importantes com relação a ele e a crítica dessas posições. É óbvio, no entanto, que, dentro do espaço limitado de cada capítulo, não é possível ir até o fundo de todas as questões abordadas. As conclusões a que o autor chega são abertas e equilibradas, globalmente convincentes e apresentadas com a clareza que caracteriza a obra toda.

É igualmente óbvio que algumas posições assumidas pelo autor, de maneira mais ou menos explícita, con-tinuam sendo "questões discutidas". Julgamos, por exemplo, que no capí-tulo sobre os ministérios no Novo Testamento é demasiado acentuado o contraste entre o tipo de comunidades paulinas e não paulinas no que diz respeito a sua estruturação; pensamos igualmente que, ao tratar o problema "Jesus e a fundação da Igreja", o autor acentua de maneira demasiado exclusiva e isolada importância da última ceia. Como observação de caráter metodológico seria de notar a desproporção que há no capítulo 2 entre o problema estritamente eclesiológico (53-55) e toda a problemática precedente sobre a origem e gênero literário dos evangelhos (31-53). Observação semelhante poderia fazer-se a respeito do capítulo 11.

A preocupação do autor, subjacente ao estudo das questões eclesiológicas abordadas, é iluminar essas questões pelo confronto da heranca obrigatória dos tempos apostólicos com os problemas da nossa época. U. Horst mostra-se capacitado para colaborar nesta tarefa sempre atual pela vasta informação que possui sobre a pesquisa teológica e particularmente exegética dos últimos decênios em torno às "questões eclesiológicas em debate" que constituem a temática do livro. Não se trata de uma obra científica em sentido estrito. Para quem está já um pouco familiarizado com os temas tratados, o livro apenas lhe dirá algo de propriamente novo. Mesmo nestes casos, porém, as indicações bibliográficas, reduzidas mas seletas, apresentadas ao pé da página ao longo dos capítulos, permitirão aos mais interessados esclarecer e aprofundar os temas em questão seguindo os melhores especialistas. O valor, a oportunidade e até a necessidade da obra de U. Horst consistem no serviço que o debate dessas questões eclesiológicas, apresentadas com serenidade e abertura, concisão e clareza, prestará a um círculo mais amplo de cristãos não especializados em teologia que querem viver sua fé, e particularmente sua adesão à Igreja, de modo mais consciente e aprofundado.

Alvaro Barreiro

ANDRÉ MANARANCHE — Un Chemin de Liberté: Essai de Théologie Spirituelle, Editions du Seuil, Paris, 1971.

A tese fundamental do autor é a seguinte: A adesão pessoal de fé na revelação cristã conduz o homem através de um processo histórico, que inclui a abnegação, a viver (a encontrar) a realidade de seu ser (ou então aquilo que é verdadeiramente real).

Responde assim à pergunta fundamental em todo o homem (à pergunta crítica): Que é que eu conheço?

Para provar essa tese analisa os diversos componentes do ato de fé como ato humano e os descreve como (se fossem) etapas sucessivas num caminhar lento e cíclico de aprofundamento. No fim do ciclo a pergunta inicial se recoloca mas já num nivel mais profundo, correspondente à ultima etapa alcançada.

O ponto de partida é antropológico: "O homem é ouvinte do Verbo" (K. Rahner). Esta frase de K. Rahner dá a dimensão do desejo humano de conhecer a verdade, a realidade, e indica o ponto de inserção da revelação na natureza do homem. No processo de conhecimento da verdade, o homem sente que, nas verdades parciais que vai possuindo, sua ânsia do real não fica plenamente satisfeita. Vê sempre que a pergunta crítica ("conheço o real?") adquire nova atualidade e no fim de todo o desenvolvimento cognoscitivo está mais presente que no início.

Ao entrar em contato com a revelação divina o homem sente que o Verbo pode saciá-lo mas que está sempre além daquilo que atingiu. A fé plenifica assim a dialética interna mostrando o termo exatamente como fonte do dinamismo do caminhar. O Verbo é o termo; mas só o percebo realmente na medida em que vejo que não o atingi ainda totalmente. Só no fim do livro o autor explicita sua filiação à corrente inaciana (Inácio de Loyola). A análise dos capítulos do livro manifesta a presença da estrutura interna dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio. Este livro deverá aparecer em breve em português, nas Edições Loyola.

Maurilo Sampaio

## MARCIO MOREIRA ALVES — L'Église et la Politique au Brésil, Paris: Les Éditions du Cerf, 1974.

Few readers of Sintese are likely to learn very much new from reading this latest book of Marcio Moreira Alves. Despite the extensive bibliography and his close contacts with some elements in the elite of the Brazilian Church he has not presented anything that cannot be found in his earlier book (O Cristo do Povo), Antoine's (L'Eglise et le Pouvoir au Brésil), or my (O Catolicismo Brasileiro em Epoca de Transição). The one section that might seem new deals with the discussion of religious topics in the Congress and its purpose and conclusions are not very apparent. Despite the lack of new facts or material one could expect an enlightening new theoretical treatment of old material based upon the author's studies in Paris. We are disappointed in this regard, however, for while he makes reference to concepts and theories (discours ideologique, influence, etc.) he neither defines them nor utilizes them in the elaboration of the study. The book is theoretically innocent.

The work is not a scholarly attempt at analysis but rather a journalistic treatment of the topic. While this makes for rapid reading and quick conclusions it is not the proper approach to a very complex reality. His basic conclusion is that the Church has not played an important role in the transformation of the political and social systems. This may well be the case, or maybe it is not, and I am now in the process of studying impirically precisely this question, but the author does not provide us with enough material or arguments to convince us of his point of view. In fact, his argument is weakened for we can note

any number of lapses and confusions at several parts of the book. He pushes the twenty years between 1950 and 1970 into one period and thus does not allow us to understand the evolution of the Church from 1950 to 1964, the regression from 1964 until 1968, and the new evolution thereafter. He tends to neglect evidence contrary to his argument such as the behaviour of the CNBB since 1970 and the progressive statements from the bishops of three different regions of the country. Since the author is undoubtedly familiar with this material we can only wonder why he has chosen to neglect it.

A very annoying characteristic of the book is his gratuitious attacks on other students of the Church in Latin America and North American academics in general. He criticizes me on page 59 for instance because of my characterization of the group of bishops around Dom Helder until 1964 'progressives'. The criticism is without basis, however, for while on page 60 he defines 'progressives' as those in favor of the socialization of the means of production I stated that it meant those who were more progressive in comparison to other bishops. On pages 233-34 he typologizes national approaches to analysis but since he cites few names or titles we cannot really appreciate the point of his argument. He seems to attempt to strengthen his conclusions concerning the small role of the Church in socio-political transformation by alluding unfavorably to the contrary views of others. Again, since he does not clarify those to whom he refers we cannot evaluate the value of the argument.

The main problem with the book is that Marcio Moreira Alves has been out of Brazil since 1968 and has had to rely largely on secondary information thus losing contact with a changing and complex reality. This is a shame for with his experience in the politics of the country, his past studies on the Church, and with his further training in Paris we have a right to expect much more from the author.

Thomas C. Bruneau